



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 8 de maio de 2024

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,58% São Paulo	125.924	R\$ 5,067 (-0,13%)	R\$ 1.412	R\$ 5,450	10,65%	10,39%	Novembro/2023 0,28 Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83 Março/2024 0,16
0,08% Nova York	2/5 3/5 6/5 7/5	Últimos					
		30/abril 5,192					
		2/maio 5,112					
		3/maio 5,069					
		6/maio 4,074					

TRAGÉDIA NO SUL

Brasil vai importar arroz para evitar alta

Governo quer impedir que a perda da lavoura no RS, principal produtor do grão, acabe por elevar os preços ao consumidor

» VICTOR CORREIA
» RAPHAEL PATI

Reprodução/Sou Agro



As fortes chuvas no Rio Grande do Sul trouxeram prejuízo à agricultura do estado. Para garantir abastecimento, Conab vai importar arroz

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) vai importar um milhão de toneladas de arroz para evitar o aumento no preço do grão. O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, no Palácio do Planalto. A medida é necessária frente à calamidade no Rio Grande do Sul, que produz 70% do arroz consumido pelo Brasil. Segundo Fávaro, os estoques brasileiros são suficientes para suprir a demanda, mas o governo está preocupado com a possibilidade de especulação.

“Já está sendo preparada uma MP (medida provisória) autorizando a Conab a fazer compra na ordem de um milhão de toneladas”, declarou Fávaro. “Quero deixar isso de forma muito clara: o governo não pensa em hipótese alguma em concorrer com os produtores de arroz. A Conab não vai vender para os atacadistas, que são compradores dos produtores”, acrescentou.

O ministro afirmou ainda que a primeira leva será de 200 mil toneladas de arroz descascado e ensacado, para agilizar sua distribuição. O governo fará a venda do alimento nas periferias e apenas para pequenos compradores, para evitar prejuízo aos produtores gaúchos já afetados pela chuva. A compra depende da aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que declara estado de calamidade no território gaúcho.

Assim que possível, o país abrirá um leilão para a compra do arroz. Fávaro avalia que nações do Mercosul terão vantagem na concorrência, como Argentina,

Uruguai, Paraguai e Bolívia. Na avaliação do ministro, se a compra ocorrer de forma ágil, não haverá aumento no preço do grão. Ele também destacou que, apesar da alta ocorrida no começo do ano, no período de entressafas, a saca de arroz já havia baixado de preço, e a expectativa é de que ela mantenha o patamar atual.

O ministério estima que 1,6 milhão de toneladas de arroz ainda estejam nos campos, ou seja, alagados. Porém, parte da

safra que já foi colhida também foi alagada em armazéns, embora não seja possível estimar a perda. O maior problema, para Fávaro, é a condição das estradas, que impossibilita o envio de grande parte do arroz para os outros estados brasileiros.

“Temos que evitar especulação, evitar desabastecimento. Com o perdão da palavra, mas o inferno está ficando pequeno. Gente fazendo fake news num momento desses, especulação

financeira em um momento desses”, acrescentou o ministro. A possibilidade de importar arroz já havia sido ventilada mais cedo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante o programa *Bom dia, Presidente*, da estatal EBC. Embora Lula tenha falado em importar “arroz e feijão”, a produção de feijão não está concentrada em solo gaúcho, por isso, não foi afetada.

Além de manter estável o preço do arroz, o ministro anunciou

que o Conselho Monetário Nacional (CMN) vai suspender o pagamento das dívidas dos produtores rurais gaúchos por um período de 90 dias, podendo ser prorrogado no futuro.

Perdas

De acordo com um relatório produzido pela Cogo Consultoria, as chuvas podem causar a perda de até 1,6 milhão de toneladas de arroz em uma área de

O governo não pensa, em hipótese alguma, em concorrer com os produtores de arroz. A Conab não vai vender para os atacadistas, que são compradores dos produtores”

Carlos Fávaro,
ministro da Agricultura

200 mil hectares. O número indica a quantidade de arroz ainda não colhido no estado, que representa 22% do total esperado para esta safra. Em uma situação de perda total desse montante, isso poderia representar a perda de impressionantes 16% de toda a produção estimada para o país, que é de 10,5 milhões de toneladas.

“A gente tem apenas uma estimativa em cima da área que havia sido colhida até agora, e não chegamos nem a estimar ainda o que foi perdido, que já havia sido colhido, e estava ainda estocado no estado. Então o que está no relatório é só o que, de fato, vai se perder em nível de campo. Aquilo que não vai ser colhido ou que vai ser colhido parcialmente e tudo isso não tem resposta ainda”, explica Carlos Cogo, consultor de agrogócios há mais de 30 anos.

Em relação à soja, as perdas estimadas podem representar um impacto de até 5% na produção nacional.

RS terá dívida suspensa e crédito para as vítimas

» ROSANA HESSEL
» RAFAELA GONÇALVES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve anunciar, hoje, duas novas medidas de socorro ao Rio Grande do Sul: a suspensão do pagamento da dívida do estado com a União, e um programa de financiamento subsidiado para pessoas físicas moradores do RS, de acordo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

“São dois projetos de lei. Um trata desse assunto (da suspensão do pagamento da dívida do RS junto à União) e o outro trata da questão do crédito subsidiado”, adiantou Haddad, na noite de ontem, a jornalistas. A dívida do estado com a União é de R\$ 3,5 bilhões.

Haddad comentou que a segunda medida é necessária porque as pessoas vão ter que refazer suas vidas e não vão poder recorrer ao sistema bancário tradicional, sobretudo as pessoas de mais baixa renda, que não têm condições de pagar os juros praticados no mercado. “São projetos estruturais e à altura do problema que nós estamos enfrentando”, disse.

De acordo com o ministro, as duas medidas fazem parte do pacote de socorro que está sendo tocado pelo governo, em parceria com o Congresso, para socorrer as vítimas das chuvas no Rio Grande do Sul. Está prevista a liberação de R\$ 1,6 bilhão em emendas parlamentares.

O chefe da equipe econômica contou que conversou com o governador do estado, Eduardo Leite, e com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sobre esse pacote de ajuda aos gaúchos. “O Congresso está 100% preparado para atender o Rio Grande do Sul e ansioso para que as medidas sejam anunciadas o quanto antes”, destacou, acrescentando que tudo está sendo feito com com “bastante critério” e “bastante segurança”. Ele disse que trocou mensagens com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, para que haja mais transparência nos gastos e no controle “para que o recurso efetivamente chegue a quem precisa da melhor maneira possível, com o melhor resultado

Diogo Zacarias



O ministro Fernando Haddad disse que sua equipe estuda medidas de socorro com “muito critério”

possível”.

Parcelas adiadas

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) suspendeu pelo prazo de 90 dias a cobrança das parcelas de contribuintes que firmaram transação para renegociação de suas

dívidas, em razão do estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul. As parcelas com vencimento em abril, maio e junho passam a contar com novas datas: julho, agosto e setembro, respectivamente. A medida vale para contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas com domicílio tributário em 336 municípios do

estado afetados pelas enchentes, exceto Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno optantes pelo Simples Nacional.

O Banco Central e a Advocacia-Geral da União (AGU) também anunciaram a suspensão de cobranças de dívidas de moradores do RS nos próximos 90

» Novo acordo de Itaipu eleva tarifa

Brasil e Paraguai fecharam um novo acordo para o Anexo C do Tratado de Itaipu, que define as condições de comercialização da energia gerada pela hidrelétrica. A tarifa será reajustada em 15,4%, passando dos atuais US\$ 16,71/kWh para US\$ 19,28/kWh. A nova tarifa é um meio-termo nas negociações que vinham sendo feitas desde o ano passado. O Brasil, que era contra a elevação do valor, teve que ceder. Paraguai, por sua vez, aceitou um valor inferior aos US\$ 22,00 pretendidos.

dias. “A medida vale para pessoas com domicílio tributário no estado, onde foi decretado estado de calamidade pública em razão das fortes chuvas e enchentes”, informou a AGU por meio de nota.

A previsão do órgão é de que a medida permita prorrogar o pagamento de parcelas de mais de 116 mil parcelamentos.